

PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Laura Ferreira Rodrigues¹
Alessandra Lopes de Oliveira Casteliní²

RESUMO

O presente artigo, constitui-se de um recorte de pesquisa das autoras e objetiva refletir sobre as práticas pedagógicas antirracistas contidas no planejamento mensal destinado a turmas de Educação Infantil. De natureza qualitativa, utiliza-se de pesquisa de cunho bibliográfico (Gil, 2002) e como instrumento de coleta de dados análise de amostras de planos mensais de três escolas públicas pertencentes ao município de Picos-PI. A escolha das escolas decorre do contato, através das práticas de estágio supervisionado junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI e pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) com bolsa CAPES os quais proporcionam maior contato com as escolas. Ancorados na legislação vigente educacional (Brasil, 1996; 2003; 2010; 2017) e autores como: Gomes (2008); Casteliní (2016); Ostetto (2012); Redin (2014); Barbosa (2009); Maia (2021) entre outros. Após tratamento dos dados, a análise é com base no conteúdo extraído, conforme teoria de Bardin (2010). Neste trabalho são abordadas algumas concepções das professoras sobre planejamento com mapeamento de práticas antirracistas propostas para as crianças de turmas da Educação Infantil. A escola como um lugar plural que recebe diversas culturas, desempenha um papel importante na superação do racismo, não limitando a temática a momentos pontuais como as datas comemorativas, desta forma, os resultados sinalizam percepções das professoras sobre o ato de planejar e aponta caminhos para implementação de práticas antirracistas que vão além da obrigatoriedade apresentada nos documentos.

Palavras-chave: Educação Infantil, Planejamento, Práticas antirracistas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho originou-se de um recorte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso TCC, junto ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Piauí UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros CSHNB. A escolha por investigar essa temática justifica-se pela urgência em promover práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial desde a Educação Infantil.

A escola é um dos principais espaços responsáveis pela formação cidadã das crianças, promovendo esse processo por meio do ensino de valores, da convivência com o outro, das

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Piauí- UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí. lauraferreirarodrigues@ufpi.edu.br;

² Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Mestre em Educação, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, Pedagoga. Coordenação do Curso de Pedagogia – UFPI/CSHNB. Coordenadora do Projeto de Extensão: MULTILab – UFPI 2025 - 4ª Edição – PREXC-UFPI. Coordenadora do PIBID/CAPES Subprojeto Interdisciplinar: Pedagogia, Letras e História – Picos. Universidade Federal do Piauí – UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí. alessandralopes@ufpi.edu.br;

práticas pedagógicas e das interações lúdicas, como por exemplo as brincadeiras. Nesse sentido, torna-se indispensável a inclusão da temática étnico-racial no currículo desde a Educação Infantil, uma vez que ela possibilita a valorização da identidade negra, a qual muitas vezes foi vista como inferior às demais, especialmente em comparação àqueles com pele branca, frequentemente considerados como padrão de normalidade.

Em relação a diversidade étnico-racial é que, muitas das vezes ela acaba sendo restrita na escola a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, porém ela não deve ser algo pontual, que acontece apenas uma vez no ano, deve ser trabalhada no dia a dia das crianças, e para isso, requer um planejamento pedagógico intencional e comprometido com práticas antirracistas.

Dessa forma, buscamos analisar como três escolas da rede municipal da cidade de Picos-PI trabalham com as práticas antirracistas na Educação Infantil. Com isso, foi definido como objetivo geral refletir sobre as práticas pedagógicas antirracistas contidas no planejamento mensal destinado a turmas de Educação Infantil.

Segundo Ostetto (2012), o planejamento pedagógico é uma forma do professor pensar com seriedade e responsabilidade sobre o que faz em sala de aula. Ele não deve seguir um modelo pronto ou rígido, mas precisa ser flexível, permitindo que o educador repense suas ações, mude o que for necessário e encontre novos sentidos para sua prática. Planejar mostra a intenção de ensinar com propósito, mas essa intenção precisa sair do papel e acontecer de verdade na prática do dia a dia.

Com base no exposto sobre planejamento podemos perceber que é, portanto, uma ferramenta muito valiosa para a valorização da diversidade promovendo práticas antirracistas nas escolas.

Este trabalho ancora em autores como Gil (2002) Gomes (2008), Ostetto (2012), Rending (2014) e Castelini (2016), Barbosa (2009) e Maia (2021), Bardin (2010) e na legislação educacional vigente (Brasil, 1996, 2003, 2010, 2017), entre outros.

A seguir, serão apresentados os caminhos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, seguido do referencial teórico adotado, dos resultados e análises das discussões, bem como das considerações finais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza documental, conforme classificação proposta por Gil (2002), que define a pesquisa documental como aquela

baseada em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, sendo analisados a partir de critérios definidos pelo pesquisador. Neste estudo, foram analisados planejamentos mensais de três escolas da rede municipal de Picos-PI, com o objetivo de identificar práticas pedagógicas de cunho antirracista presentes nesses documentos.

A escolha das escolas foi feita através da conveniência e da acessibilidade, tendo em vista a participação em estágios supervisionados e em atividades pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A terceira escola foi selecionada com base em sua proximidade geográfica com a cidade de residência da pesquisadora, considerando o recente reordenamento da rede municipal em função da implementação do ensino integral. As escolas no decorrer do trabalho serão nomeadas com nomes fictícios protegendo a integridade das escolas e dos profissionais que atuam nela, com: Escola Estrela, Creche Flor de Liz e Creche Alegria.

Os documentos analisados foram fornecidos pelas gestoras escolares, correspondem aos planejamentos mensais do Ensino Infantil do ano de 2025. E, o método utilizado para a análise deste material consiste na análise de conteúdo que segundo Bardin (2010) é um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas que têm como finalidade descrever o conteúdo das mensagens, que podem ser por exemplo documentais, permitindo a exploração e interpretação de significados.

A seguir, serão apresentados alguns autores que fundamentam teoricamente a presente pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção, consiste no referencial teórico deste trabalho, o qual busca dialogar com autores as práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil, com ênfase no planejamento mensal como instrumento para a promoção da equidade racial.

A base legal para a inserção da educação antirracista na Educação consiste na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que, em seu artigo 5º, assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, ainda no inciso III afirma que nenhuma pessoa deve ser submetida à tortura ou a tratamentos desumanos. Em relação à educação, o artigo 206, no seu inciso I, preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Como observamos, a Constituição Federal (Brasil, 1988) nos mostra que o estado tem o dever de trabalhar no combate ao racismo, e, dessa forma, ela se constitui como base para a criação de políticas educacionais que não exclui ninguém.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) seguiu as normativas da Constituição (Brasil, 1988) a qual reforça, em seu artigo 26, § 4º que o ensino da História do Brasil deve considerar as contribuições das diversas culturas e etnias, com destaque para as origens indígenas, africanas e europeias na formação do povo brasileiro (Brasil, 1996). Dessa forma, busca promover uma educação mais inclusiva, levando em consideração a grande diversidade existente.

Um destaque para a educação antirracista é a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que altera a LDB (Brasil, 1996) ao incluir a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar, e, ainda instituir o Dia Nacional da Consciência Negra no dia 20 de novembro. Essa medida é de grande importância para promover o reconhecimento da contribuição dos afro-brasileiros na nossa história.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), publicada em 2010 (Brasil, 2010), enfatiza, que as propostas pedagógicas devem contemplar: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;” (Brasil, 2010, p.21). Dessa maneira, auxiliará no processo de construção da identidade das crianças e combate ao racismo, principalmente através das interações e brincadeiras que são os eixos norteadores.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 (Brasil, 2017), consolida essas diretrizes ao estabelecer dez competências gerais para a Educação Básica e, a nona coloca em evidência que é preciso:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2017, p.10)

Essa legislação vigente reforça que a educação antirracista não deve ser isolada, mas transversal ao currículo, integrando essas práticas ao cotidiano dos estudantes alinhando-se à urgência de práticas intencionais nas escolas municipais.

O planejamento pedagógico surge como um elemento indispensável para alinhar essas diretrizes legais, permitindo que educadores transformem intenções estabelecidas em ações concretas, realizadas. Ostetto (2012) define o planejamento como:

Um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico. Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma fórmula! Ao

contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica. (Ostetto, 2012, p.1)

Esse entendimento do planejamento pedagógico como uma atitude flexível e crítica reforça a necessidade de o educador estar constantemente atento às demandas do contexto escolar e às particularidades de seus alunos.

A diversidade étnico-racial tem se tornado um tema de bastante discussão no contexto educacional. Gomes (2008) enfatiza que, ao colocar em pauta práticas, projetos e políticas voltadas para essa diversidade, escolas, universidades e políticas educacionais passam a reconhecer a desigualdade racial como uma questão urgente, que demanda a implementação de medidas efetivas para sua superação. Nesse processo, a escola pública desempenha um papel fundamental, pois é responsável por construir representações positivas dos afro-brasileiros e promover uma educação que valorize o respeito à diversidade como parte integrante da formação cidadã (Gomes, 2008).

Para que essa mudança aconteça de verdade, é fundamental conhecer e entender as experiências reais de diversidade étnico-racial nas escolas. Segundo Gomes (2008), é necessário produzir conhecimento que articule o saber acadêmico com o conhecimento gerado pelos movimentos sociais, de modo a construir práticas pedagógicas capazes de enfrentar o racismo e valorizar a identidade negra. Essa articulação entre diferentes saberes contribui para uma educação mais crítica e comprometida.

Além disso, Castelini (2016) destaca que discutir a diversidade no ambiente escolar vai além da simples reavaliação das práticas pedagógicas; trata-se de semear valores essenciais como a tolerância, a valorização cultural e os direitos humanos. Sobre a temática da diversidade para a autora, "é preciso que por meio dela, todos entendam que a diversidade é uma característica inata do ser humano" (Castelini, 2016, p. 46).

A valorização da identidade negra e a discussão da questão racial precisam ganhar maior visibilidade não apenas no sistema escolar, pois conforme ressalta Castelini (2016) "a questão racial e, mais do que isso, a valorização da identidade negra necessitam ser melhor discutidas no sistema escolar, debatidas nos meios de comunicação social, ganhando maior visibilidade nos espaços públicos" (Castelini, 2016, p. 48). Essa ampliação do debate é essencial para fortalecer a luta contra o racismo estrutural e promover a inclusão social.

Na seção a seguir apresentará os resultados os quais serão discutidos logo em seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados e analisados os principais achados relacionados à diversidade étnico-racial no contexto escolar da cidade de Picos-PI. Para isso, foram analisados dois planejamentos mensais de professores diferentes em cada uma das três escolas participantes da pesquisa.

A coleta dos dados ocorreu no ano de 2025 por meio da análise do conteúdo desses planejamentos mensais, com foco na identificação das ações e estratégias voltadas para a promoção da diversidade étnico-racial. Em cada planejamento, priorizou-se a observação dos conteúdos, atividades e abordagens pedagógicas que contemplam a valorização de práticas antirracistas.

Essa análise possibilitou compreender como a temática da diversidade é incorporada no cotidiano escolar, verificando principalmente a frequência com que esses temas são trabalhados em sala de aula. A seguir, apresenta-se a tabela com os principais achados extraídos dos planejamentos mensais das instituições analisadas.

Tabela 1: Planejamento de Práticas Antirracistas

Instituição:	Campo de Experiência	Expectativas de aprendizagem
Creche Estrela	EU, O OUTRO E O NÓS: Diversidade/eventos culturais	Reconhecer a família e os grupos sociais em que estamos inseridos.
Creche Flor de Lis	EU, O OUTRO E O NÓS: adaptação/ sentimentos/ Identidade.	Reconhecer diferenças e semelhanças entre sua organização familiar e a de outras crianças. Vídeos sobre identidade. Dinâmica do espelho, espelho meu.
Creche Alegria	Não contém	Não contém

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise dos planejamentos mensais, 2025.

Os resultados da análise dos planejamentos mensais das três creches participantes da pesquisa revelam sobre as percepções das professoras acerca do ato de planejar e sobre a

incorporação de práticas antirracistas no dia a dia na escola. Esses dados indicam que, embora haja avanços, a implementação de ações que promovam a diversidade étnico-racial ainda aparece com baixa frequência.

Na Creche Estrela, observou-se que os conteúdos dos planejamentos são organizados conforme os campos de experiência estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular BNCC (Brasil, 2017), o que demonstra uma preocupação em alinhar as práticas pedagógicas às diretrizes oficiais. No primeiro planejamento analisado, o campo de experiência "eu, o outro e o nós" foi trabalhado com ênfase na diversidade e em eventos culturais, buscando promover o reconhecimento da família e dos grupos sociais em que as crianças estão inseridas.

Essa abordagem evidencia uma tentativa de valorizar as múltiplas identidades presentes no ambiente escolar. No entanto, a análise do segundo planejamento da mesma escola revelou a ausência de conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial, o que aponta para uma irregularidade na abordagem do tema e sugere que a diversidade ainda não está plenamente incorporada como um eixo transversal no planejamento. Isso pode refletir dificuldades das professoras em articular o tema da diversidade de forma contínua e integrada ao currículo.

Na Creche Flor de Lis, a temática da diversidade é trabalhada sob o enfoque da adaptação, sentimentos e identidade, utilizando recursos pedagógicos como vídeos sobre identidade e a dinâmica do "espelho, espelho meu". Essas estratégias pedagógicas favorecem o reconhecimento das diferenças e semelhanças entre as organizações familiares das crianças, fortalecendo a valorização da identidade negra. Isso demonstra um esforço consciente das professoras em ir além da simples formalidade documental, buscando efetivamente promover a inclusão e o respeito à diversidade.

Por outro lado, a Creche Alegria não apresentou registros nos planejamentos analisados que abordassem a diversidade racial. Essa ausência pode indicar duas possibilidades: a inexistência de práticas pedagógicas antirracistas ou uma deficiência na documentação do planejamento das professoras. A falta de registro pode também refletir uma visão do planejamento como um mero documento burocrático, descolado da prática pedagógica efetiva, o que dificulta a sistematização e a continuidade das ações antirracistas.

Esses achados dão bases a reflexão de Nicolaio, Gruvald e Camargo (2021), que ressaltam a importância do planejamento pedagógico como um momento de reflexão do professor sobre sua prática educativa, e não apenas como um documento a ser preenchido para cumprimento de normas. Segundo esses autores:

O planejamento é importante para qualquer etapa educativa. Entendemos que é no ato de planejar que o professor irá refletir sobre como pode conduzir seu trabalho com as



crianças e, dessa maneira, o planejamento não pode ser considerado somente como um documento que deve ser preenchido para o cumprimento de normas. (p.16)

Além disso, eles destacam que o planejamento deve ser feito para e com a criança, e deve estar integrado à prática cotidiana da instituição. Essa perspectiva reforça a necessidade de que o planejamento seja um instrumento promova a construção de um ambiente escolar respeitoso. Ostetto (2012) enfatiza que:

Não adianta ter um 'planejamento bem planejado', se o educador não constrói uma relação de respeito e afetividade com as crianças; se ele toma as atividades previstas como momentos didáticos, formais, burocráticos; se ele apenas age/atua, mas não interage/partilha da aventura que é a construção do conhecimento para o ser humano. (p.6)

Isso, evidencia que o planejamento, não é capaz de fazer a diferença sozinha, é importante que o professor ande lado a lado com ele.

Os resultados demonstram que, apesar das percepções das professoras apontarem para a importância do planejamento como espaço de reflexão e transformação, ainda há desafios significativos para que essas intenções se traduzam em ações pedagógicas efetivas e contínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a reflexão sobre as práticas pedagógicas antirracistas presentes nos planejamentos mensais destinados às turmas de Educação Infantil. Após discussões neste trabalho, considera-se que, embora haja iniciativas em algumas instituições dos professores para inserir práticas pedagógicas antirracistas nos planejamentos mensais da Educação Infantil, essas ações ainda são pouco frequentes. O trabalho com a diversidade étnico-racial deve ser mais valorizado devido a sua importância para a construção da identidade das crianças como também para caminhar em direção a uma sociedade onde todos se sintam pertencentes a ela.

Assim, reforça-se a importância do planejamento pedagógico como ferramenta fundamental para a efetivação dessas práticas, desde que seja compreendido como um processo flexível, reflexivo e comprometido com a construção de relações respeitosas e afetivas entre educadores e crianças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES - PIBID e em especial a minha Orientadora Prof. Dra. Alessandra Lopes de Oliveira Castellini por todo o incentivo para participar do congresso.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: [s.n.], 2003.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- CASTELINI, Alessandra Lopes de Oliveira. A Formação de Docentes para a Educação das Relações Étnico-Raciais no Município de Pitanga/PR: percursos da Lei 10.639/03. 2016. 226 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da escola**, v. 2, n. 2/3, 2008.
- NICOLAIO, Adriana; GRUVALD, Marcela Pontarolo; CAMARGO, Daiana. Planejamento na educação infantil: entre necessidades, saberes e práticas. **Dialogia**, 2021.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil: mais que atividade. **A criança em foco**, 2012.